

ICMBio

Edição 597 – Ano 13 – 30 de abril de 2021

em foco

Em meio século, populações de raias e tubarões diminuem 70%

Dia Nacional da Caatinga celebra esperanças para o futuro de espécies nativas

Intercâmbio fortalece Manejo Integrado do Fogo nas unidades de conservação

Expedição busca pelo surubim-do-paraíba

Em março, uma expedição coordenada pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais (Cepta) procurou por espécimes do surubim-do-paraíba (*Steindachneridion parahybae*) no Rio Grande, que fica no município de Trajano de Moraes (RJ). Os pesquisadores conseguiram capturar 12 indivíduos vivos, que foram enviados para a sede do Projeto Piabanha, um dos parceiros do Cepta neste estudo (ao lado da Universidade de Mogi das Cruzes), que fica em Itacoara (RJ). Foi a primeira vez que espécimes desta população foram capturadas para estudo dentro do âmbito Plano de Ação para Conservação das Espécies Aquáticas da Bacia do Rio Paraíba do Sul (**PAN Paraíba do Sul**), no qual o surubim-do-paraíba é uma das espécies-alvo.

O surubim-do-paraíba é uma espécie avaliada como Em Perigo (EN), uma das categorias de espécies que podem desaparecer. O peixe é endêmico da Bacia do Paraíba do Sul (Que banha os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e é um tipo de bagre, podendo crescer até oitenta centímetros de comprimento. De corpo achatado e dorso com manchas escuras, o surubim-do-paraíba costuma ser encontrado em locais sem muita perturbação, e possui hábitos noturnos. No caso do Rio Grande, a população se concentra numa área do rio com muitas "marmitas", que são formações naturais que podem resultar da combinação de força e turbilhões da água.

Após a quarentena, os surubins serão manejados, dos quais serão coletadas uma pequena amostra de tecido (fragmento da nadadeira caudal), após anestesia, e armazenada em tubo apropriado (Ependorff) contendo álcool absoluto. Em seguida, as amostras de tecido serão enviadas para o Laboratório de Genética e Organismos Aquáticos e Aquicultura da Universidade de Mogi das Cruzes, para futuro trabalho de sequenciamento genético. Além disso, um microchip (transponder) será inserido na região dorsal de cada espécime, para a identificação dos indivíduos.

Além dos surubins, os pesquisadores também aproveitaram a oportunidade para estudar algumas espécies de fauna acompanhante como piau-branco (*Megaleporinus conirostris*), piau-vermelho (*Hypomasticus copelandi*),

caximbau ou acari (*Hypostomus affinis*), cascudo lageiro (*Harttia sp.*), acará (*Geophagus brasiliensis*) e a ameaçada de extinção pirapitinga-do-sul (*Brycon opalinus*), que, assim como o surubim-do-paraíba, é uma espécie alvo do PAN Paraíba do Sul.

A fim de se ter um melhor conhecimento sobre essa espécie, novas prospecções a montante e a jusante devem ser feitas no futuro, assim como aprofundar os estudos da história de vida dos surubins nesta localidade, determinando assim as áreas de reprodução e berçário. Além disso, é necessário instituir um estudo de vazão ecológica, com o intuito de se determinar a demanda necessária de água para assegurar a manutenção e conservação das populações dessas duas espécies ameaçadas de extinção.

Exemplar de surubim-do-paraíba capturado pelo Cepta

Em meio século, populações de raias e tubarões diminuem 70%

O estudo “Meio século de declínio global de tubarões e raias oceânicos” publicado pela revista científica *Nature*, uma das mais conceituadas do mundo, indica que o planeta já perdeu, desde 1970, cerca de 70% de suas populações de raias e tubarões. O estudo é um projeto do Global Shark Trends Project (GSTP), uma iniciativa conduzida por pesquisadores da Simon Fraser University (CAN), James Cook University (AUS) e do Georgia Aquarium (EUA) com apoio do grupo de especialistas em tubarões da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), financiado com o apoio do Shark Conservation Fund para avaliar o risco de extinção de condrictes (tubarões, raias e quimeras). O bolsista do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul) e coordenador executivo do **PAN Tubarões**, Rodrigo Barreto, é um dos autores.

A situação do tubarão-de-gralha-branca oceânico (*Carcharhinus longimanus*), foi uma das espécies que mais chamou a atenção dos pesquisadores. Espécie comum nos oceanos na década de 1970, cinquenta anos depois, a população diminuiu em até 98%, sendo listada como Criticamente em Perigo (CR) pelos critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

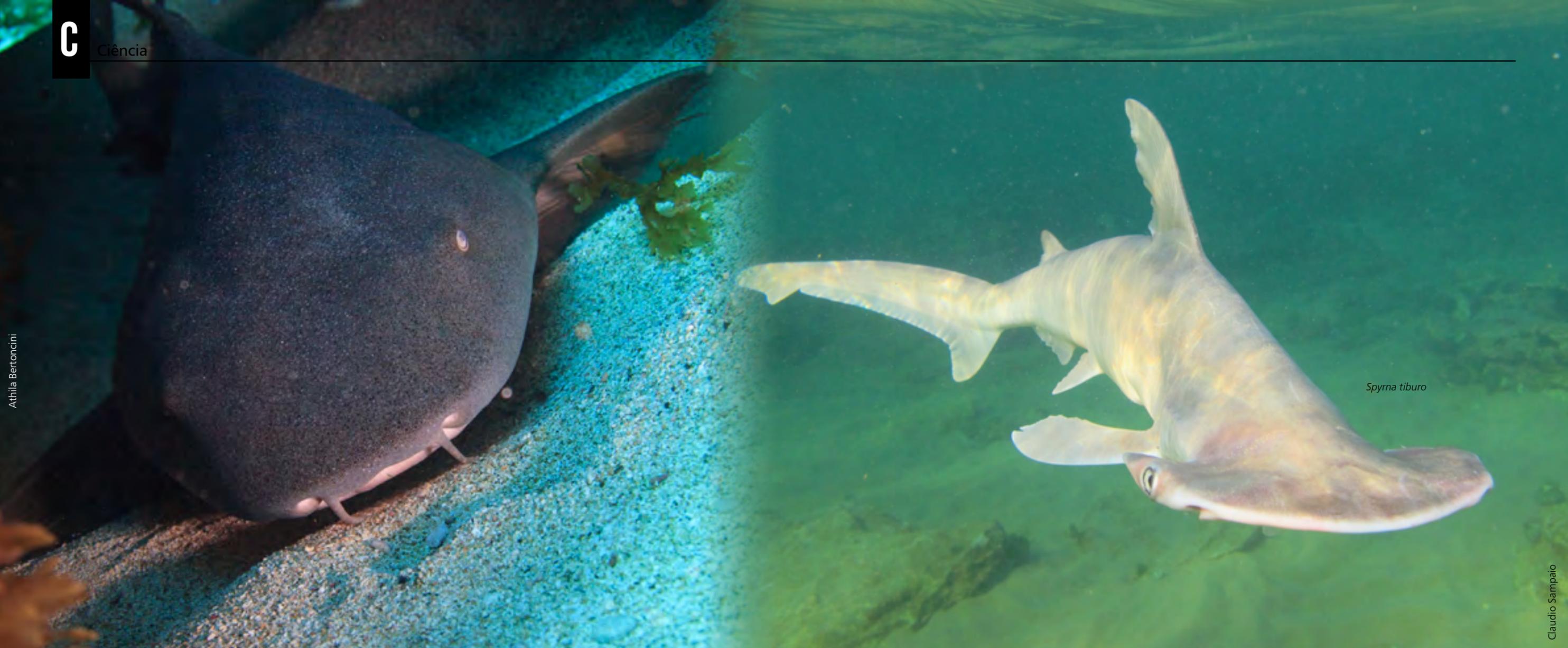
O Brasil possui aproximadamente duzentas espécies de tubarões e raias, sendo 180 destas espécies marinhas. “A família Carcharhinidae, que possui o maior número de espécies no Brasil (cerca de 45), essencialmente composta por tubarões que em grande parte dependem das zonas costeiras em boa parte do ciclo de vida, é considerada a mais ameaçada onde a pesca direta e indireta tem afetado drasticamente as populações pois 56% das espécies desta família em categorias de risco de extinção”, informa Barreto.

Em 2018, quando foi finalizada a última avaliação para elasmobrânquios - como são chamados os tubarões e raias - a situação não era boa. O País possuía 32,5% das espécies ameaçadas de extinção, superior ao índice global, que é de 25%. Assim como em outros países e regiões, também no Brasil, colapsos populacionais de elasmobrânquios são consequência principalmente da pesca excessiva e da ausência de mecanismos de controle. O Brasil também possui grande número de espécies consideradas sem dados suficientes para avaliação, reflexo do pouco incentivo à pesquisa para estas espécies.

Geralmente, estas espécies ocupam o topo da cadeia alimentar, então o declínio de suas populações traz grande risco para todo o ecossistema marinho. “Estudos têm demonstrado que

Tubarão-limão (*Negaprion brevirostris*), espécie classificada como Vulnerável na lista de espécies ameaçadas de extinção, já está extinto no litoral paulista

Raia-pintada (*Aetobatus narinari*), espécie que está registrada como Dados Insuficientes para avaliação

*Sphyrna tiburo*

tubarões desempenham um papel importante no controle da abundância e do comportamento de uma diversidade de espécies que ocupam níveis tróficos mais baixos dentro do que chamamos na ecologia de teias (ou cadeias) alimentares”, conta Barreto. Ele ressalta que há um consenso científico que, mesmo em ecossistemas específicos, predadores marinhos devem ser gerenciados adequadamente para a manutenção da persistência demográfica, densidade populacional e processos ecológicos relacionados a densidade-dependência.

Mas qual o motivo de predadores tão poderosos estarem diminuindo cada vez mais? Os pesquisadores também tentaram delinear as

ameaças. Uma delas foi o desenvolvimento de técnicas de pesca em mar aberto, como a pesca de espinhel e de arrasto, que mais que dobraram nos últimos anos. Estas técnicas favorecem a captura de tubarões e raias, que, segundo um dos estudiosos, hoje o risco de um tubarão ou raia ser capturado é 18 vezes maior que em 1970.

Além da captura incidental, a caça predatória ainda pode ser apontada como um dos motivos de ameaça, especialmente para espécies tropicais. A carne continua sendo apreciada, além das barbatanas, que valem alguns milhares de dólares no mercado clandestino.

ESFORÇOS

Apesar de tudo, ainda há esforços para contribuir na conservação dos tubarões e raias. Um deles é Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção (PAN Tubarões), coordenado pelo Cepsul. O primeiro ciclo começou em 2014 e foi finalizado em 2019, contemplando 12 espécies ameaçadas de extinção que estão distribuídas ao longo do litoral brasileiro até o limite mais externo de sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e beneficiando oito espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração.

Segundo Barreto, uma das realizações mais promissoras foi o trabalho de sensibilização ambiental. A partir da década de 70, com o *blockbuster* Tubarão, cresceram o número de filmes nos quais os tubarões são mostrados

como vilões comedores de humanos, o que é um equívoco, já que a carne humana não faz parte da dieta destes peixes, o que contribuiu para um imaginário negativo durante muitos anos. De acordo com Barreto, uma das ações do PAN buscou reverter essa imagem negativa reforçada pela mídia.

Dentre as ações desenvolvidas, o Cepsul buscou a educação ambiental entre moradores, pescadores, empresários e mídia, realizando divulgação científica e disseminando informações corretas sobre as espécies; capacitação da cadeia produtiva para identificar tubarões e raias; inclusão da temática em escolas etc. “Foram justamente essas ações (de sensibilização ambiental) que obtiveram os melhores resultados dentre todas os objetivos específicos no PAN”, elucida Barreto.

Dia Nacional da Caatinga celebra esperanças para o futuro de espécies nativas

A Caatinga é bioma exclusivamente brasileiro ocupando 70% da região Nordeste e 11% do território nacional. O nome vem do tupi e, significa “mato branco”, em alusão à vegetação do local, adaptada às secas severas. Por causa disso, durante muito tempo persistiu o estigma de que a caatinga era um bioma com pouca exuberância e baixa diversidade.

A diversidade, a riqueza de espécies e o número de endemismos da Caatinga foram, por muito tempo, considerados baixos. Entretanto, pesquisas recentes demonstram o contrário. São registradas para o bioma, até o momento, 3.200 espécies de plantas, 371 de

peixes, 224 de répteis, 98 de anfíbios, 183 de mamíferos e 548 de aves.

Na fronteira entre os sertões baiano e pernambucano, está o Parque Nacional do Boqueirão da Onça, unidade com quase 350 mil hectares de área protegida. Junto à Área de Proteção Ambiental de mesmo nome, e mais o Refúgio de Vida Silvestre e a APA da Ararinha Azul, foram unidades criadas em 2018 especialmente para proteger as espécies nativas da Caatinga. As quatro unidades são geridas pelo Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Juazeiro, na Bahia.

Com pouco menos de três anos de criação, esta área já alcançou importantes vitórias para a conservação da biodiversidade. Neste mês, nasceram os primeiros filhotes de ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) na Caatinga em três décadas. Mas além das ararinhas, que estão muito próximas de voltar à Caatinga, o céu dos sertões ganhou mais um lindo tom de azul. Trata-se do índigo das penas da arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*). Ela é confundida com suas parentes próximas, a arara-azul-grande (*Anodorhynchus*

hyacinthinus), que vive na zona central do País. Porém, a arara-azul de lear é menor que suas primas, pesando entre 700 e 800g, e o amarelado em torno de seu bico é mais evidente.

A arara-azul-de-lear está classificada como Em Perigo (EN) de extinção. A espécie foi descoberta em 1823, quando alguns exemplares foram enviados para zoológicos na Europa, mas nada se sabia sobre sua procedência, inclusive sendo descrita em 1856 por um sobrinho do famoso Napoleão Bonaparte. O mistério só foi solucionado mais de um século depois pela descoberta de um espécime na região do Raso da Catarina, próxima ao município baiano de Paulo Afonso, pelo ornitólogo alemão Helmut Sick. Daí em diante, foi estabelecido que a distribuição natural da espécie se concentrava no sertão baiano.

Estima-se que existem aproximadamente 1,5 mil indivíduos. Pesquisadores chegaram a contar cerca de trinta indivíduos no Boqueirão da Onça na década de 90, porém em 2005 restavam apenas duas araras neste total, devido à atuação de traficantes e pelo fato da área ainda não estar protegida por Unidade de Conservação naquela época. Tal situação levou à necessidade de se planejar solturas visando o reforço populacional em Boqueirão da Onça, ações previstas no **PAN Aves da Caatinga**, o qual a espécie faz parte.

Até o momento, 12 araras-azuis-de-lear foram reintroduzidas na Área de Soltura do Boqueirão da Onça e são monitoradas constantemente por pesquisadores colaboradores do PAN Aves da Caatinga.

A arara-azul-de-lear é uma ave endêmica da Caatinga, também ameaçada de extinção, e que vai lentamente voltando ao bioma

Além do tráfico de animais, já que são aves muito bonitas, as araras-azuis-de-lear também entram em conflito com o ser humano. Embora seu alimento preferido seja o coco da palmeira licuri (que também lhes fornece água), nos períodos de entressafra, a ave se alimenta das plantações de milho. Os agricultores, tentando salvar suas plantações, por vezes acabam ferindo-as.

A reintrodução da arara-azul-de-lear favorece outras espécies endêmicas, dentre elas, o raro jacu-estalo (*Neomorphus geoffroyi*), com sete subespécies reconhecidas, das quais quatro têm ocorrência no Brasil. Os primeiros registros feitos no Parque Nacional do Boqueirão da Onça são oriundos do monitoramento com armadilhas fotográficas realizado naquela UC, em parceria com o Cenap, como parte do Programa Monitora. O primeiro registro foi feito em 2007 pela bióloga Cláudia Campos. Posteriormente a espécie foi registrada em 2009 e, mais recentemente, em 2020. Há alta probabilidade de que os espécimes vistos sejam da subespécie *Neomorphus geoffroyi geoffroyi*, a mais ameaçada de extinção.

“A ocorrência no bioma Caatinga abre um vasto caminho para pesquisa e conservação desta espécie ameaçada. Primeiro faz-se necessário confirmar qual subespécie ocorre na região do Boqueirão da Onça, qual o tamanho da população, sua área de distribuição e seu status de conservação no bioma. Informações básicas sobre sua biologia também precisam ser obtidas”, conta o coordenador do PAN Aves da Caatinga, Antonio Emanuel.

Povos indígenas atuam como parceiros na elaboração do Plano de Manejo

Imagine uma região rara e remota, de logística intrincada, demorada e cara – sendo necessário percorrer longas distâncias por terra, rios e cachoeiras. Local de moradia de inúmeros povos originários, detentores de culturas, línguas, visões de mundo e modos de vida singulares. Dotada de rica sociobiodiversidade, com especiais manejos e relações com a natureza, geomorfologia, formações vegetais e

espécies endêmicas. Ademais, com um histórico de conflitos intensos, interesses divergentes e esforços de diálogos para uma gestão compartilhada. Este é o contexto da elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Pico da Neblina.

Localizado no noroeste amazônico, o Parque Nacional do Pico da Neblina foi criado em 05 de junho de 1979, com área com mais de 2 milhões de hectares, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, no estado do Amazonas.

Mais de 70% da área total é sobreposta às Terras Indígenas Yanomami, Cué-Cué Marabitanas, Balaio e Médio Rio Negro II. Por lá, moram cerca de cinco mil pessoas distribuídas em 46 comunidades. São treze etnias presentes: Yanomami, Tukano, Tuyuka, Dessano, Baniwa, Koripaco, Carapanã, Baré, Tariano, Piratapuya, Yepemasã, Kobewa e Werekena.

O Pico da Neblina é chamado de *Yaripo* na língua Yanomami, além de ser o ponto mais alto do país, com quase 3 mil metros de altitude. Para os indígenas, é um local sagrado, onde vivem os hekura-pê, espíritos auxiliares dos Xamã.

Apesar de ser bastante conhecido, o Parque ainda não dispunha de Plano de Manejo, o principal documento de uma unidade de conservação, que estabelece as regras de uso. E para a construção deste documento, o diálogo com as populações indígenas é fundamental.

O primeiro passo foi a formação do Conselho Consultivo, que culminou na portaria nº 75 de 2012. Logo em seguida, foi publicada a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI, Decreto 7747 de 5 de julho de 2012), e ainda as inúmeras ações de preparação do Plano de Visitação Yaripo que contou com o protagonismo do povo Yanomami.

Em 2018, o programa “Parceria para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia”, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), propiciou a continuidade do Plano de Manejo do Parque.

A proposta de Plano de Manejo do Parque Nacional do Pico da Neblina considera o povo indígena e as interfaces territoriais que a unidade possui, minimizando os conflitos.

Dia Nacional do Indígena

No último dia 19 de abril é celebrado o Dia Nacional do Indígena, uma data para celebrar a memória dos muitos povos originários do Brasil. O termo “índio”, que virou uma expressão guarda-chuva usado pelos colonizadores para diversos povos nativos (como os nativo-americanos e os nativo-australianos), é equivocado por não contemplar a dimensão e complexidade dos povos indígenas.

A data foi instituída neste dia em alusão ao Congresso Indigenista Intramericano, realizado em Patzcuaro, no México, em 1940. Três anos depois, por influência do Marechal Rondon junto ao presidente da época, Getúlio Vargas.

O último censo do IBGE, em 2010, estima que 817.963 mil pessoas são indígenas, representando 305 diferentes etnias. falando 274 línguas indígenas.

Assim como o Parque Nacional do Pico da Neblina, muitas outras unidades de conservação possuem seus territórios em sobreposição com Terras Indígenas. De acordo com um levantamento da antropóloga Fany Pantaleoni, o País possuía, até 2018, 77 casos de sobreposição de 61 territórios indígenas com 57 unidades de conservação, 37 delas federais, sendo a maioria localizada no bioma amazônico.

Kátia Torres



Um dos resultados do diálogo para elaborar o Plano de Manejo foi o ordenamento do turismo

Luca Lima

Pico da Neblina é também conhecido como Yaripo, um local sagrado para os indígenas que vivem por lá

Intercâmbio fortalece Manejo Integrado do Fogo nas unidades de conservação



Luiz Gustavo Gonçalves

Técnicos do Sesc Pantanal aprenderam sobre as práticas adotadas no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães

Ao longo do mês de abril, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso, efetuou ações de queima prescrita, uma das etapas do planejamento de Manejo Integrado do Fogo (MIF), a fim de prevenir incêndios de grande magnitude na UC. Esta foi a oportunidade de ocorrer um intercâmbio entre o ICMBio e o Sesc Pantanal, que gerencia a maior RPPN do país.

No ano passado, em agosto, o Sesc Pantanal foi atingido pelos incêndios que ocorreram em toda a região do Pantanal e teve mais de 90% da sua área. O fogo consumiu cerca de 90% da área.

A principal ideia do intercâmbio foi promover a aplicação do fogo para manejo ecológico, algo que é usado em algumas técnicas do MIF. Quando usado na intensidade, vegetação e na época correta, o fogo pode se tornar um grande aliado na biodiversidade, ao renovar as paisagens

e permitir o consumo de material combustível, como é chamada a matéria orgânica que se acumula no solo, aumentando a severidade dos incêndios.

Esta atividade foi combinada no começo de março, quando uma equipe do ICMBio realizou uma reunião técnica com a do Sesc, onde alguns laços foram reforçados. “Estamos querendo levar essa abordagem para o Pantanal, pensar no envolvimento da comunidade e as áreas que são sensíveis ao fogo e que possam ser avaliadas pelo Sesc”, conta o analista ambiental do Parque, Luiz Gustavo Gonçalves.

Além do Sesc, dois colegas da Floresta Nacional de Silvânia, em Goiás, também participaram do intercâmbio. Eles conheceram o planejamento e a execução da queima prescrita em campo e conheceram as técnicas usadas pela brigada do Parna.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA SERRA DAS ARARAS

Ainda no estado do Mato Grosso, a Estação Ecológica da Serra das Araras foi outra unidade que iniciou as primeiras ações de Manejo Integrado do Fogo. As queimas prescritas iniciaram no dia 22 de abril e seguem no mês de maio.

Foram manejados cerca de mil hectares, em áreas não atingidas pelo incêndio no ano passado, em regiões de campo limpo e sujo, cessando nas formações florestais (mata de galeria e cerrado típico).

Apesar de oficialmente estar no Cerrado, a Esec Serra das Araras foi uma das unidades atingidas pelos incêndios que ocorreram no ano passado, no Pantanal. Mais de 80% da área da UC foi queimada.

FLORESTA NACIONAL DE BRASÍLIA

Não só de queima vive o MIF, também há espaço para integração e diálogo com a comunidade. Servidores da Floresta Nacional de Brasília (Flona), no Distrito Federal, na última quinta-feira (22), se encontraram com comunitários na área de Brazlândia, no entorno da UC, para planejar ações de prevenção a incêndios sobre a vegetação, ouvindo contribuições e buscando interesses em comum.

O uso do fogo por comunitários é tradicional, um conhecimento passado de geração a geração. Geralmente, as pessoas usam o fogo para renovar as pastagens e roçados. Entender o uso tradicional do fogo e desenvolver parcerias com a comunidade é um dos pilares do MIF. Os comunitários podem empregar a queima controlada, que é aquela realizada com interesses sociais e econômicos, passível de regulação e orientação por parte do ICMBio.

Trabalho em campo demonstra queima prescrita no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães



Luiz Gustavo Gonçalves

Educação Corporativa do ICMBio aposta no ensino remoto

Markado por grandes adaptações impostas pela pandemia da Covid-19, o ano de 2020 trouxe mudanças profundas que impactaram rotinas pessoais e profissionais nos quatro cantos do mundo. O ICMBio, assim como diversos outros órgãos públicos, adotou o trabalho remoto a fim de dar continuidade ao cumprimento de sua missão institucional. Nesse contexto de ajustes, a área de Educação Corporativa do Instituto também se viu diante do desafio de lançar mão da tecnologia para não interromper seus processos formativos.

De acordo com a coordenadora de Carreira e Desenvolvimento do ICMBio, Thais Ferraresi, foi preciso muita criatividade e comprometimento da equipe para que, mesmo em meio a tantas mudanças e incertezas, pudesse ocorrer a migração dos processos de capacitação (até então programados para ocorrer de modo presencial) para a modalidade Educação a Distância (EaD). Ainda segundo a coordenadora, o esforço valeu a pena e rendeu ótimos resultados. “Nós conseguimos executar 98% do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e oferecemos um conjunto significativo de formações, sem ficar aquém dos anos anteriores”, ressalta Thais.

DESAFIOS E REALIZAÇÕES

No campo da Educação Corporativa, as ações realizadas em 2020 tiveram até mesmo um incremento em relação ao ano anterior: no total, foram 35 cursos executados em 2019 e 54 em 2020 (o que representa um aumento de 35%), além das oficinas de planejamento e das capacitações voltadas para os brigadistas do ICMBio. “Tivemos 717 servidores capacitados (554 efetivos e 163 temporários), o que corresponde a 32% do corpo funcional do Instituto”, aponta Ana Paula Soares,

chefe do Serviço de Gestão da Educação e do Conhecimento (Segedu/ACADEBio).

Diante da implementação de medidas restritivas a partir do mês de março de 2020, a grande maioria dos cursos contabilizados ocorreu de forma virtual. O cenário desafiador gerado pela crise sanitária pedia estratégias inovadoras. Assim, foram testadas capacitações em plataformas diversas, em especial o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-ICMBio) e o Microsoft Teams, o que possibilitou a oferta de aulas síncronas (em tempo real) e assíncronas (gravadas), bem como a disponibilização de materiais, exercícios, fóruns de dúvidas etc.

Para dar conta desse novo fluxo de cursos pensados para o ensino remoto, foi implementado, no âmbito da Coordenação de Carreira e Desenvolvimento (Cocad/CGGP), o Núcleo de Educação a Distância (NEaD), um passo importante para a gestão das ações da Educação Corporativa. Segundo Ana Paula Soares, a criação do NEaD visa promover ganho de escala e maior qualidade nos processos de planejamento, elaboração e execução de cursos na modalidade EaD, contemplando “aspectos pedagógicos, operacionais, tecnológicos e administrativos”, afirma a chefe do Segedu/ACADEBio.

CONSOLIDAÇÃO DA MODALIDADE EAD

Após um período de mudanças abruptas e importantes adaptações, o objetivo para o ano de 2021 é consolidar as atividades iniciadas em 2020, especialmente no campo da EaD. Thais Ferraresi salienta que o PDP deste ano ainda se encontra na fase de ajustes finais, mas já é possível afirmar que foram muitos cursos propostos, “o que mostra que as áreas técnicas do ICMBio estão animadas com a execução dos processos formativos, pois acreditam que esses processos fazem a diferença e geram impactos positivos nos nossos fluxos de trabalho”, analisa a coordenadora. Enquanto o PDP não é publicado, destacam-se algumas ações estruturantes que já estão pré-aprovadas para execução em 2021, a exemplo

da formação de instrutores e dos cursos de tutoria, contudista e mediação de conflitos, além das capacitações em áreas técnicas estratégicas, como fiscalização, uso público e combate a incêndios.

Nesse contexto, há também a perspectiva de intensificação do uso da plataforma Microsoft Teams, em complemento ao AVA, uma vez que o Teams possibilita a realização de atividades ao vivo, minimizando o impacto da distância e permitindo mais interação entre os participantes. A pedagoga Kamila Oliveira, que atua no NEaD, explica que o ensino remoto tem suas particularidades, exigindo o uso de ferramentas específicas e linguagem própria. Não se trata, portanto, de uma simples transposição do presencial para o virtual, pois a EaD envolve outro tipo de elaboração e uma didática capaz de alcançar pessoas que estão fisicamente distantes.

Para Kamila, o ensino remoto veio para ficar, tendo em vista que o advento da pandemia apenas acelerou um processo que já estava no horizonte da Educação Corporativa do ICMBio. A ideia, porém, não é substituir as ações presenciais – imprescindíveis em alguns casos –, mas utilizar a EaD como um importante complemento nas atividades formativas. “Do ponto de vista técnico e pedagógico, há capacitações que podem ser viabilizadas totalmente à distância, outras apenas parcialmente. Mas há também aquelas que exigem as trocas presenciais durante todo o processo. É preciso avaliar as competências e habilidades a serem desenvolvidas ou aprimoradas, além do perfil do público”, afirma a pedagoga.



Curso de Elaboração de Plano de Manejo foi realizado via Teams no âmbito da Educação à Distância

PÓS-GRADUAÇÃO E PARCERIAS

Além da consolidação das atividades que envolvem a adoção do ensino remoto, o ano de 2021 também traz a perspectiva de conclusão de mais um passo relevante para o Instituto: a certificação da ACADEBio junto ao Ministério da Educação (MEC), o que permitirá ao ICMBio oferecer cursos de pós-graduação tanto para servidores quanto para o conjunto da sociedade. De acordo com a equipe da Educação Corporativa, a certificação da ACADEBio será uma grande conquista institucional. Por fim, é preciso destacar a importância das parcerias com outras instituições que atuam em processos formativos. Em 2020, o ICMBio lançou cinco cursos junto com a Escola Virtual de Governo (EVG/Enap) e esse ano deve lançar mais cinco capacitações em parceria com a EVG. Ainda segundo a equipe da Educação Corporativa, a presença do Instituto nessa plataforma virtual confere visibilidade ao órgão e permite que servidores das mais diversas linhas de atuação acessem as pautas ambientais, o que representa outra conquista de grande relevância para a instituição.

1º DE MAIO

DIA DO **TRABA
LHA
DOR**

Agradecemos aos esforços de todos os colaboradores que atuam diariamente no desenvolvimento socioambiental e conservação do meio ambiente.

Seu papel é fundamental na Instituição. Feliz dia do trabalhador!



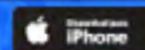
DISQUE SAÚDE **136**

O CUIDADO É DE CADA UM A RESPONSABILIDADE É DE TODOS

- ✓ Evite aglomerações
- ✓ Use máscara ao sair de casa
- ✓ Lave as mãos com água e sabão
- ✓ Mantenha o distanciamento



BAIXE O APP CONECTE SUS CIDADÃO



BRASIL UNIDO #PÁTRIA VACINADA

Saiba mais em
gov.br/saude



MINISTÉRIO DA SAÚDE





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Projeto Gráfico

DCOM

Diagramação

Marília Ferreira

Foto da Capa

Athila Bertoncini

Colaboraram nesta edição

Cláudia Campos – NGL Juazeiro; Eloísa Vizuede – Cepsul; Leila Sena – CEPAM; Luiz Gustavo Gonçalves - Parna Chapada dos Guimarães; Nana Brasil – CGGP; Rogerio Machado – Cepta;

Divisão de Comunicação – DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste – EQSW 103/104 – Bloco C – 1º andar

CEP: 70670-350 – Brasília/DF | Fone +55 (61) 2028-9280

comunicacao@icmbio.gov.br | www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL